



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

EDITAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, ES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº0000008/2024

(Processo Administrativo nº 010162/2024)

IDCidadES: 2024.012E0500001.01.0003

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, ES**, sediada na Rua Deolindo Dazilio, nº 040, Centro, Barra de São Francisco, ES, CEP: 29.800-000, CNPJ: 14.700.048/0001-17, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, dos **Decreto Municipais nºs. 351/2023, 21/2024, 22/2024, 69/2024**, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 14.133, de 2021, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Barra de São Francisco -ES e, ainda, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e deste instrumento, que dele fazem parte integrante.

MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO ES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

HORÁRIO ABERTURA: 09:00 Horas

LOCAL: Portal de Compras BNC - <<https://bnccompras.com/Home/Login>>

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item

MODO DE DISPUTA: ABERTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em instrumentos de gestão de saúde, com fornecimento de sistema informatizado, para planejamento, monitoramento e avaliação de serviços de saúde, de acordo com as exigências do Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores da política de saúde, visando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Barra de São Francisco/ES.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio ELETRÔNICO, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal, denominado Pregoeiro com auxílio da equipe de apoio, designados através do Decreto Municipal nº 0003/2024 e mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o portal da "BNC" no endereço eletrônico: <<https://bnccompras.com/Home/Login>>

1.3. A licitação será dividida por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em instrumentos de gestão de saúde, com fornecimento de sistema informatizado, para planejamento, monitoramento e avaliação de serviços de saúde, de acordo com as exigências do Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores da política de saúde, visando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Barra de São Francisco/ES.



EDITAL

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DATA DO PREGÃO

3.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir das 08:00 horas do dia 18 de novembro de 2024 até às 08 horas e 30 min do dia 03 de dezembro de 2024.

3.2. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 03 de dezembro de 2024.

3.3. LOCAL: Portal: Bolsa Nacional de Compras - BNC (<<https://bnc.org.br/>>).

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do processo licitatório os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências e condições contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais situações abaixo discriminadas, em atendimento ao art. 14 da Lei 14.133, de 2021:

5.2.1. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.2.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilidade de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.2.2.1. A sanção de impedimento de licitar, disposta no Art. 156, III da Lei 14.133/2021, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção;

5.2.2.2. A sanção de declaração de inidoneidade, disposta no Art. 156, IV da Lei 14.133/2021, impedirá o responsável de licitar no âmbito da Administração direta e indireta de todos os entes federativos.

5.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos posteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6. CREDENCIAMENTO NO PORTAL DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados que desejarem participar do Pregão deverão se cadastrar no Portal da "BNC", para obtenção do login de usuário e senha pessoal (intransferíveis), através do endereço eletrônico <<https://bnccompras.com/Home/Login>>.

6.2. O login de usuário e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Licitação deste órgão, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado.

6.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário do sistema o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO



EDITAL

FRANCISCO, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. Para efeito de concessão de tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a licitante deverá cadastrar eletronicamente essa condição.

7. PARTICIPAÇÃO

7.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível pertencente ao representante credenciado e com o subsequente encaminhamento de sua proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através da página <https://bnccompras.com/Home/Login>, observada data e horário limite estabelecidos neste Edital.

7.2. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda dos negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame sem prejuízo dos demais atos já praticados.

7.4. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, retornando somente após comunicação expressa as licitantes.

8. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

8.1. O encaminhamento da proposta eletrônica e documentos de habilitação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências e condições de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. Ao apresentar sua proposta eletrônica e ao formular lances, a licitante concorda que os serviços deverão atender a todas as especificações constantes no Termo de Referência, deste Edital.

8.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.4. As licitantes deverão declarar sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, selecionando a opção correta no sistema.

8.5. As licitantes deverão preencher corretamente todos os campos solicitados na proposta eletrônica, tais como: preço unitário, preço total, e demais itens que forem parametrizados de acordo com o objeto solicitado.

8.6. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, estando inclusas todas e quaisquer despesas diretas e indiretas, tais como, transportes, mão-de-obra para entrega e o descarregamento no local determinado pela Unidade Requisitante, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, seguros, benefícios, custos, lucros, estadas, materiais, equipamentos, alimentação, uniformes e tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto, bem como sua garantia, se houver.

8.7. Ao encaminhar a proposta eletrônica, o fornecedor obrigatoriamente deverá lançar sua proposta pelo **preço unitário do item**.

8.7.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

8.7.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.7.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,10 (dez centavos)



EDITAL

8.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá, no prazo máximo de 02:00 horas, obrigatoriamente, anexar no sistema eletrônico, no campo denominado "Documentos Complementares", a planilha readequada ao valor final de disputa, NA FORMA DIGITALIZADA, sob pena de desclassificação pelo não cumprimento.

8.8.1. A proposta readequada deverá seguir o modelo disponível no Anexo III deste edital, o licitante vencedor, tem até 02 horas após solicitação do pregoeiro para envio da proposta readequada.

8.9. O licitante poderá suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas relativas ao cumprimento dos requisitos do item 8.8 mediante a apresentação de novos documentos, desde que os envie durante o prazo estabelecido no referido item.

8.10. É responsabilidade da Licitante acompanhar periodicamente o chat para verificação de concessão de prazos a ela e demais avisos, como por exemplo, sessão para manifestação de intenção de recurso.

9. ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/21, e deverão ser anexados na plataforma da BNC até as 08:30 horas do dia da sessão.

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente



EDITAL

permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoeempreendedor <http://www.portaldoeempreendedor>.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. No caso de sociedade simples: **inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas** do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: **decreto de autorização**;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;



EDITAL

9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.9.9. A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira.

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral



EDITAL

(LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 (dez) por cento do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica

9.11.1. Conforme exigências contidas no detalhamento do serviço descrito no **Item 1.1. do Termo de Referência**, o qual é parte integrante deste Edital. E através da apresentação presencial, conforme avaliação de capacidade técnica (ANEXO I do Termo de referência)

9.11.2. Comprova çã o de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Considerações Gerais da habilitação:

9.16.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

9.16.2. O pregoeiro reserva-se no direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, podendo, inclusive, solicitar o envio físico dos documentos apresentados digitalmente, fixando-lhes prazo para atendimento.

10. ABERTURA

10.1. A partir do horário previsto no sistema eletrônico, a sessão pública do Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade delas.

10.2. Aberta à etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema eletrônico para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado a licitante será imediatamente informada de seu recebimento e



EDITAL

respectivo horário de registro e valor.

10.2.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.2.2. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou inferiores ao do último valor apresentado pelo próprio licitante ofertante.

10.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema eletrônico não identificará a autora dos lances às demais licitantes.

10.4. A etapa de lances da sessão pública terá o período de tempo fixo de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.5. Na hipótese de não haver novos lances no período da prorrogação automática que trata o item 10.4, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.6. Em caso de participação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) no presente certame, deverá ser observado no julgamento das propostas o que dispõe a Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

10.7. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.8. A Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que será declarada a melhor oferta.

10.9. Para tanto, será convocada para exercer o seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do sistema, sob pena de preclusão.

10.10. Decorrido o prazo determinado no subitem 10.9, pregoeiro examinará a conformidade da proposta e a aceitabilidade do preço ofertado, de acordo com o praticado no mercado vigente, apurado mediante pesquisa realizada pela Unidade Requisitante.

10.11. Encerrada a recepção de lances, antes de anunciar a vencedora, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor ao anteriormente ofertado, bem como decidir sobre sua aceitação.

10.12. Quando a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências e condições para sua habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido menor preço.

10.13. Nos pregões por cota, caso a mesma licitante vença a cota reservada e a cota principal de um mesmo item, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

11. FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 5.3. do Regulamento Geral do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a equipe técnica examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.3. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, será desclassificada a proposta vencedora que:



EDITAL

- I - conter vícios insanáveis;
- II - não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital ou seus anexos, desde que insanável.

12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS RECURSOS

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. Não serão conhecidas as impugnações, bem como os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

12.3. A impugnação deverá ser realizada, **preferencialmente**, por forma eletrônica, através da Plataforma BNC. Poderá ainda ser encaminhada através do e-mail licitacao@pmbsf.es.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Adelino Coimbra, nº 109, Centro, Barra de São Francisco, ES, até o terceiro dia útil antes da abertura, conforme determina a legislação.

12.3.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.3.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.3.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

12.3.4. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

12.3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.3.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12.4. Ao final da sessão pública ou em data previamente agendada pelo Pregoeiro para declaração dos vencedores do certame, com a devida habilitação dos mesmos, a licitante que desejar recorrer das decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção no sistema eletrônico, no prazo de 30 minutos, devendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, em campo próprio no sistema eletrônico. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões em igual número de dias, do término do prazo da recorrente.

12.4.1. A ausência de manifestação do licitante quanto a intenção de recorrer, importará na decadência do direito, e será iniciado o procedimento de Adjudicação/Homologação.

12.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, conforme art. 168 da Lei 14.133/2021.

12.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, ou seja, nulos.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



EDITAL

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. Fraudar a licitação

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. A sanção de que trata o subitem poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa.

13.2.1. A sanção de impedimento de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada também àqueles que:

a) retardarem a execução do Pregão;

b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

13.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1. Advertência;

13.3.2. Multa de mora;

13.3.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela remanescente, no caso de inexecução parcial de contrato;

13.3.2.2. Multa de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor correspondente à entrega que estiver em desacordo com os prazos estipulados, até o limite de 10 (dez) dias;

13.3.2.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total;



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ESPIRITO SANTO

EDITAL

13.3.2.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou do item correspondente, no caso de constatação, pelo Município, de que o material fornecido é diverso das especificações e/ou má qualidade; e

13.3.2.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso recusa injustificada de assinar/receber o contrato.

13.4. As multas são independentes entre si; a aplicação de uma, não exclui a aplicação de outras, bem como das demais penalidades previstas em lei.

13.5. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multa ou suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.6. O valor das multas eventualmente aplicadas será devidamente corrigido utilizando-se o INPC/IBGE, conforme legislação pertinente, até a data de seu efetivo pagamento e recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Barra de São Francisco, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial. Na impossibilidade, será o valor inscrito na Dívida Ativa, para cobrança judicial.

13.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo.

13.8. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do contrato, as multas e penalidade serão elevadas em dobro, em caso de reincidência.

13.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DOS PAGAMENTOS

14.1. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada do atestado de recebimento emitido pela Unidade Requisitante e serão depositados em banco e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

14.1.1. Conforme o protocolo ICMS 42/09, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

14.1.2. A documentação fiscal para fins de pagamento deverá conter o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado no contrato, Na Autorização de Fornecimento ou Instrumento esquivamente, formalizado com este Município.

14.2. Com a Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente ser comprovada pela CONTRATADA a persistência das condições licitatórias da habilitação e qualificação a que alude o inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133 e alterações, que consistirá na apresentação das Certidões de Regularidade perante as Fazendas Federal (incluindo INSS), Estadual, Certidão de Regularidade do FGTS e Trabalhista, todas dentro dos prazos de validades nelas assinalados, as quais serão aferidas pela Unidade Gestora do contrato.

14.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IGPM do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês.

15. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o município firmará contrato específico com a ADJUDICATÁRIA visando à execução do objeto desta licitação.

15.1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, o registro:

15.1.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

15.2. A ADJUDICATÁRIA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela ADJUDICATÁRIA durante o seu transcurso



EDITAL

e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MUNICÍPIO.

15.3. A recusa injustificada da ADJUDICATÁRIA em CONFIRMAR SEU RECEBIMENTO PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO INFORMADO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a sujeitará na aplicação da(s) penalidade(s) prevista(s) neste Edital.

15.4. No ato da contratação, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar procuração com firma devidamente reconhecida em cartório competente, outorgando poderes ao seu representante para assinar o contrato em seu nome.

15.5. Se no ato da assinatura do contrato, as Certidões apresentadas para habilitação na licitação estiverem vencidas, a ADJUDICATÁRIA deverá reapresentar novas, com validade em vigor.

15.6. A Contratada fica obrigada a aceitar acréscimos ou supressões, do objeto contratual, até o limite de 25% do valor inicial do contrato.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme Minuta anexa a este Edital, ou emitido instrumento equivalente.

16.2. Terá o adjudicatário o prazo de três (03) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou retirar instrumento equivalente, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de três (03) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3.1. Caso seja enviado por meio eletrônico e o adjudicatário não se manifeste no prazo de 02 (dois) dias após o envio, será considerado como recebido o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

16.4. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A presente licitação não implicará necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, poderá também, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema eletrônico para o conhecimento de todos os participantes da licitação.

17.2. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, bem como das penalidades administrativas e judiciais cabíveis.

17.4. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e encerram os prazos em dias de expediente na Prefeitura do Municipal.

17.6. É facultado ao Pregoeiro, ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar no ato da sessão pública do Pregão.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

17.7. As licitantes intimadas para prestar qualquer esclarecimento adicional deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação /inabilitação.

17.8. O desatendimento das exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas as licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

17.11. A participação da licitante nesta licitação implicará na aceitação de todos os termos e condições deste Edital.

17.12. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro ao contrário.

17.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes do presente Edital e legislação pertinente.

17.14. Para todas as questões suscitadas na execução deste certame, que não forem resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Barra de São Francisco, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.15.1. ANEXO I - Item (Descrição);

17.15.2. ANEXO II - Termo de Referência;

17.15.3. ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial Final;

17.15.4. ANEXO IV - Forma de pagamento da taxa de adesão para utilização do sistema BNC;

17.15.5. ANEXO V - Declaração Idoneidade;

17.15.6. ANEXO VI - Declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes;

17.15.7. ANEXO VII - Declaração menor de idade;

17.15.8. ANEXO VIII - Declaração ME/EPP;

17.15.9. ANEXO IX - Declaração de Habilitação e Responsabilidade;

17.15.10. ANEXO X - Declaração de Inexistência de Vínculo e Parentes;

17.15.11. ANEXO XI - Minuta Contratual;

17.15.12. ANEXO XII - Estudo Técnico Preliminar - ETP

Barra de São Francisco, ES, 13 de novembro de 2024.

ELCIMAR DE SOUZA ALVES

Secretário Municipal de Saúde



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO

EDITAL

ANEXO I - Lotes (Descrição)

Lote	Lote 00001						
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00004236	CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA /SISTEMA INFORMATIZADO PARA GESTÃO DE SAÚDE <i>Prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria em planejamento, monitoramento e avaliação de ações e serviços de saúde, conforme normas do SUS. O serviço inclui fornecimento de sistema informatizado para gestão, consolidação de dados e produção de relatórios técnicos, além de suporte técnico remoto e presencial semanal.</i>		MES	12		
Valor Total do Lote							
Valor Total do Lote Por Extenso							
Valor Total Geral Por Extenso							
Valor Total Geral							



ANEXO II - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 010162/2024

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em instrumentos de gestão de saúde, com fornecimento de sistema informatizado, para planejamento, monitoramento e avaliação de serviços de saúde, de acordo com as exigências do Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores da política de saúde, visando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Barra de São Francisco/ES.

Item	Descrição do Item	Unidade de	Quantidade de	Período
Consultoria e assessoria técnica com fornecimento de sistema informatizado para gestão de saúde	Prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria em planejamento, monitoramento e avaliação de ações e serviços de saúde, conforme normas do SUS. O serviço inclui fornecimento de sistema informatizado para gestão, consolidação de dados e produção de relatórios técnicos, além de suporte técnico remoto e presencial semanal.	Mensal	12	12 meses

1.1. Detalhes do serviço

A empresa contratada deverá realizar as seguintes atividades, conforme descritas no ETP:

- Alimentação e acompanhamento regular dos Instrumentos de Gestão (Plano Municipal de Saúde, Programações Anuais de Saúde, Relatórios Quadrimestrais e Anuais de Gestão), conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde;
- Consolidação e análise de dados produzidos pelos serviços de saúde do município para subsidiar a gestão na tomada de decisões;
- Fornecimento de sistema informatizado de gestão compatível com o atual sistema da Secretaria (RG System), capaz de integrar dados de diferentes áreas da saúde, como controle de estoque de medicamentos, imunização, atendimentos médicos e odontológicos, entre outros;
- Apresentação de dashboards e outras ferramentas de gestão para o monitoramento em tempo real dos serviços de saúde, permitindo a visualização de indicadores de desempenho, filas de espera, agendamentos, consumo de insumos e medicamentos, entre outros;
- Execução de visitas técnicas presenciais à Secretaria Municipal de Saúde no mínimo três vezes por semana, de segunda à sexta-feira, além de suporte remoto sempre que necessário;
- Elaboração de relatórios técnicos mensais das atividades realizadas, a serem entregues junto com a Nota Fiscal de prestação de serviços;
- Acompanhamento integral e alimentação dos sistemas disponibilizados pelo Ministério da Saúde (InvestSUS, DigiSUS, dentre outros);



EDITAL

- h) Disponibilização de profissionais capacitados para o treinamento da equipe da Secretaria Municipal de Saúde, permitindo que utilizem eficientemente o sistema de gestão contratado;
- i) Garantia da segurança dos dados tratados no sistema, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- j) Acompanhamento e suporte na execução das metas exigidas pelo Ministério da Saúde e Governo Estadual, visando o cumprimento das obrigações do município.

1.2. Sistema Informatizado

1.2.1. O sistema de gestão de saúde a ser fornecido pela empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Ferramenta integrada, com capacidade de ofertar relatórios, dashboards interativos e outras ferramentas que facilitem o monitoramento de todas as áreas de saúde;
- b) Integração com o sistema atual da Secretaria (RG System) e compatibilidade com as exigências de controle orçamentário, financeiro e de planejamento estratégico do SUS;
- c) Controle de estoques, imunização, assistência farmacêutica e gestão de atendimentos médicos e odontológicos;
- d) Relatórios detalhados sobre a utilização dos recursos de saúde do município, incluindo equipamentos, medicamentos e insumos.

2. JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DO SERVIÇO

A contratação de serviços de consultoria e assessoria é imprescindível devido à carência de profissionais capacitados na Secretaria Municipal de Saúde para realizar atividades de planejamento e monitoramento das ações e serviços de saúde. Essa lacuna compromete a capacidade da gestão em atender adequadamente às diretrizes estabelecidas pelas Leis Federais nº 8.080/1990, nº 8.142/1990 e LC nº 141/2012. A importância de um sistema informatizado para a captura e consolidação de dados se torna evidente, uma vez que informações precisas e atualizadas são fundamentais para a tomada de decisões estratégicas.

Um sistema robusto garantirá que as equipes de saúde tenham acesso a dados relevantes e consolidados, permitindo uma análise aprofundada das condições de saúde da população atendida. Essa análise é essencial para identificar tendências, priorizar ações e otimizar recursos, assegurando que as intervenções sejam direcionadas às necessidades mais urgentes da comunidade. A integração e a eficácia da informação são cruciais para melhorar a comunicação entre as diferentes áreas da saúde, contribuindo para um trabalho mais coeso e eficiente.

Além disso, a consultoria e assessoria disponibilizarão profissionais com expertise na área, que não apenas apoiarão a implementação do sistema, mas também treinarão as equipes de saúde do município. Este treinamento capacitará os profissionais a utilizarem plenamente as ferramentas de gestão e a interpretar os dados gerados, promovendo um empoderamento significativo nas práticas de gestão de saúde.

A consolidação de dados em tempo real possibilitará um acompanhamento contínuo das metas estabelecidas, garantindo que a Secretaria possa responder rapidamente a mudanças no cenário de saúde. Dessa forma, a contratação se justifica não apenas pela necessidade de suporte técnico, mas também pela urgência em



EDITAL

estruturar uma gestão mais informada e eficaz, que impacte diretamente na qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população de Barra de São Francisco.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

3.1. Obrigações da contratada:

- a) **Experiência Comprovada:** A empresa deve comprovar experiência mínima de cinco anos na prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de saúde pública, especialmente no que se refere ao planejamento, monitoramento e avaliação de ações e serviços no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa experiência deve incluir trabalhos realizados em outras esferas de governo e com instituições de saúde reconhecidas;
- b) **Plataforma Informatizada:** A empresa deve disponibilizar uma plataforma informatizada robusta e compatível com os sistemas utilizados pelo Ministério da Saúde, incluindo o RG System. A plataforma deve ser capaz de coletar, processar e consolidar dados de diversas fontes, oferecendo funcionalidades como monitoramento de indicadores de saúde, gestão de estoques de medicamentos, e geração de relatórios analíticos que possam ser utilizados na tomada de decisão.
- c) **Profissionais Qualificados:** A equipe técnica da empresa deve ser composta por profissionais qualificados, com formação superior nas áreas de saúde pública, administração pública, ou áreas afins, e experiência comprovada na utilização das ferramentas de gestão propostas. Esses profissionais devem ter conhecimento das normativas do Ministério da Saúde e habilidades em planejamento estratégico, monitoramento de programas de saúde, e capacitação de equipes, além de experiência em gestão no Estado do Espírito Santo;
- d) **Visitas Técnicas e Suporte:** A empresa deve garantir a realização de visitas técnicas presenciais no mínimo duas vezes por semana, além de suporte remoto por meio de plataformas de videoconferência, telefone e e-mail. O suporte deve ser contínuo, permitindo a resolução de dúvidas e a assistência na utilização da plataforma informatizada;
- e) **Relatórios de Atividades:** A empresa deve apresentar relatórios mensais detalhados das atividades realizadas, com a descrição das ações de consultoria, treinamento e resultados obtidos. Esses relatórios devem ser utilizados para avaliar a eficácia dos serviços prestados e a evolução das metas estabelecidas;
- f) **Capacitação da Equipe Local:** A consultoria deve incluir um programa de capacitação para as equipes de saúde do município, com o objetivo de garantir que os profissionais locais adquiram as habilidades necessárias para operar a plataforma informatizada e interpretar os dados de forma eficaz. O treinamento deve ser adaptado às necessidades específicas da Secretaria Municipal de Saúde e incluir tanto a teoria quanto a prática;
- g) **Compromisso com a Transparência:** A empresa deve demonstrar um compromisso com a transparência na gestão dos serviços, disponibilizando informações pertinentes ao processo de contratação, execução e resultados alcançados, tanto para a Secretaria Municipal de Saúde quanto para os órgãos de controle e fiscalização.



EDITAL

3.2. Obrigações da contratante:

- a) **Fornecimento de Informações:** A contratante deve disponibilizar à contratada todas as informações necessárias para a execução dos serviços, incluindo dados sobre as ações e serviços de saúde atualmente em vigor;
- b) **Apoio à Implementação:** A contratante deve facilitar o acesso da equipe da contratada às instalações e aos recursos necessários para a realização das atividades, incluindo a participação nas reuniões de planejamento e avaliação;
- c) **Capacitação e Acompanhamento:** A contratante deve designar profissionais que atuarão como ponto de contato com a contratada e participarão ativamente das atividades de capacitação e treinamento oferecidas;
- d) **Avaliação de Resultados:** A contratante se compromete a avaliar os relatórios mensais apresentados pela contratada e a fornecer feedback sobre a execução dos serviços, identificando oportunidades de melhoria;
- e) **Pagamento pelos Serviços:** A contratante deve realizar os pagamentos de acordo com as condições estabelecidas no contrato, assegurando que a contratada receba os valores devidos em conformidade com os serviços prestados.
- f) **Cumprimento das Normas Legais:** A contratante deve assegurar que a execução dos serviços esteja em conformidade com as legislações e normativas aplicáveis, promovendo a transparência e a accountability no processo de contratação e execução dos serviços.

4. PAGAMENTO

4.1. O pagamento pelos serviços prestados pela contratada será realizado nas seguintes condições:

- a) Os pagamentos serão realizados mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços. A contratada deverá enviar a Nota Fiscal correspondente, acompanhada dos relatórios mensais detalhados, para que o pagamento seja processado.
- b) É condição para pagamento:
 - 1. A apresentação de relatórios mensais de atividades, com a descrição das ações realizadas, resultados obtidos e recomendações para o aprimoramento das ações de saúde;
 - 2. Comprovante de realização das visitas técnicas, conforme estipulado no Termo de Referência;
 - 3. Qualquer documentação adicional que a contratante considere necessária para a comprovação da execução dos serviços.
- c) A contratante se reserva o direito de reter pagamentos em caso de não cumprimento das obrigações contratadas pela empresa, até que as pendências sejam resolvidas.
- d) O reajuste dos valores de contrato poderá ser realizado anualmente, conforme índices oficiais de correção, e as partes deverão formalizar a solicitação de reajuste com antecedência mínima de 30 dias.
- e) Em caso de rescisão contratual, a contratante realizará o pagamento pelos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão, respeitando as condições estabelecidas no contrato.



5. VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O contrato terá a vigência mínima de um ano, podendo ser renovado nas condições estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.133/2021, a critério da contratante e anuência da contratada, respeitando o reajuste a partir do índice oficial definido em contrato.

6. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

6.1. A licitação do serviço será por meio de pregão eletrônico, verificando o menor valor e a melhor técnica, conforme exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital.

6.2. A capacidade técnica será avaliada por meio de apresentação do sistema informatizado, de maneira presencial, pela empresa classificada com o menor valor, sendo essa fase eliminatória, caso o sistema informatizado não contemple as necessidades exigidas.

6.2.1. O pregoeiro (Agente de Contratação) convocará técnicos da Secretaria Municipal de Saúde para acompanhar a apresentação, os quais julgarão o sistema informatizado a partir dos critérios técnicos disposto no ANEXO I deste Termo de Referência.

6.2.2. Caso a empresa classificada não for admitida na capacidade técnica, será convocada a empresa segunda colocada no Pregão Eletrônico e, assim, sucessivamente.

7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A fiscalização do contrato será realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a correta execução dos serviços contratados e a conformidade com os objetivos estabelecidos neste Termo de Referência. O processo de fiscalização compreenderá os seguintes aspectos:

- a) **Designação de Fiscal:** A contratante designará um servidor público para atuar como Fiscal do Contrato, que será responsável por acompanhar e verificar a execução dos serviços prestados pela contratada. Este fiscal terá autoridade para solicitar informações, documentos e esclarecimentos que julgar necessários para a supervisão das atividades.
- b) **Monitoramento das Atividades:** O Fiscal do Contrato deverá realizar o acompanhamento contínuo das atividades executadas pela contratada, avaliando a qualidade dos serviços, o cumprimento dos prazos e a aderência às normas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.
- c) **Relatórios de Acompanhamento:** O Fiscal deverá elaborar relatórios periódicos sobre o andamento do contrato, registrando eventuais não conformidades, sugestões de melhorias e a evolução dos resultados obtidos com a execução dos serviços. Esses relatórios serão compartilhados com a contratante e poderão servir como base para ajustes na execução contratual.
- d) **Reuniões de Avaliação:** Serão realizadas reuniões regulares entre a contratante e a contratada para discutir o



EDITAL

andamento dos serviços, avaliar os relatórios apresentados e propor ajustes necessários. Essas reuniões deverão ocorrer, no mínimo, uma vez por trimestre, ou sempre que a contratante julgar necessário.

- e) **Ações Corretivas:** Em caso de identificação de falhas na execução dos serviços, a contratada será notificada pelo Fiscal do Contrato e deverá apresentar um plano de ação corretiva, com prazos estabelecidos para a resolução das não conformidades. O não cumprimento das ações corretivas poderá resultar em sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- f) **Registro de Ocorrências:** Todas as ocorrências relevantes durante a execução do contrato, incluindo atrasos, descumprimentos de obrigações e outros problemas, deverão ser documentadas pelo Fiscal do Contrato, garantindo a transparência e a possibilidade de responsabilização em caso de irregularidades.
- g) **Encerramento e Avaliação Final:** Ao término do contrato, o Fiscal deverá elaborar um relatório final de avaliação, contendo uma análise completa sobre a execução dos serviços, os resultados alcançados e sugestões para futuros contratos. Esse relatório será fundamental para a prestação de contas e para a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

7.2. Essa estrutura de fiscalização visa assegurar a efetividade e a eficiência na execução do contrato, promovendo a transparência e a accountability, essenciais para a gestão pública e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

8.1. O recurso para pagamento do serviço requerido neste Termo de Referência será retirado de fontes do Fundo Municipal de Saúde.

9. DO ORÇAMENTO E VALOR ESTABELECIDO PARA CONTRATO

9.1. Com base nos valores referenciados no Portal de Nacional de Compras Públicas do Governo Federal, efetivamente, nos valores mensais praticados por empresas que prestam serviço semelhante com o que está sendo solicitado neste Termo de Referência, o valor máximo a ser pago pelo serviço será de:

- a) Mensal: R\$ 7.774,22 (sete mil, setecentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos);
- b) A nual: R\$ 93.290,64 (noventa e três mil, duzentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Este Termo de Referência deverá ser publicado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a ampla concorrência e a transparência do processo licitatório.

Barra de São Francisco, ES, 30 de outubro de 2024.



EDITAL

ELCIMAR ALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I

AVALIAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1. DA AVALIAÇÃO

1.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e a regularidade da documentação de habilitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá passar por uma avaliação prática de capacidade técnica, avaliando o sistema informatizado e o(s) profissional(ais) que prestará(ão) serviço à Secretaria Municipal de Saúde.

1.1.1 A avaliação descrita acima ocorrerá com a convocação realizada pelo pregoeiro, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação, em local, dia e horário de início da apresentação definidos na convocação.

1.2. A avaliação consistirá em:

1.2.1. A automação de um processo teste, de escopo reduzido, dentro do domínio de negócio da área exigida neste Termo de Referência;

1.2.2. Demonstração da ferramenta (sistema informatizado);

1.2.3. Capacidade de apresentação do profissional designado pela empresa.

1.3. Será considerado eliminado na prova de conceito o licitante que não satisfizer, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos requisitos exigidos no quadro abaixo ou deixar de cumprir essa fase do processo licitatório.

1.4. No caso de eliminação da licitante, será chamada a segunda colocada e, assim sucessivamente, até que seja encontrada licitante aprovada ou não haja mais licitantes a serem avaliadas;

2. TÉCNICA DE AVALIAÇÃO

2.1. As demais empresas licitantes poderão participar dessa fase da licitação na qualidade de observadores, para isso, deverão indicar um profissional representante, cabendo-lhes, apenas, o papel de observadores.

2.2. A licitante deverá apresentar a prova de conceito em ambiente de nuvem de sua responsabilidade, caso a apresentação seja em máquinas (computador ou notebook) do órgão que licita ou, se a mesma preferir, poderá utilizar seu próprio equipamento;

2.3. A Comissão Técnica de Avaliação realizará a avaliação a partir dos critérios exigidos no quadro abaixo.



EDITAL

2.4. A apresentação será de 60 minutos (no máximo), podendo ser prorrogada pelo Pregoeiro, caso necessário.

3. QUADRO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

PRÉ-REQUISITOS FUNCIONAIS	
Gestão de Documentos, Registros e Conteúdos.	
Objetivo: Definir, avaliar e validar os requisitos funcionais e não funcionais de uma solução para a Secretaria Municipal de Saúde.	
AVALIAÇÃO	APROVADO
CADASTROS	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com capacidade para identificar, inclusive, os imóveis municipais	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com capacidade de identificação dos indivíduos do município e seus dados cadastrais, realizados pelos agentes comunitários de saúde.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com vinculação de profissionais agentes comunitários aos usuários de suas respectivas áreas e os dados dos usuários.	
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA / IMUNIZAÇÃO	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com controle de estoque farmacêutico por competência, medicamentos prescritos, competências, unidades de dispensação e prescrições.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com controle de entradas de medicamentos.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com controle de medicamentos por validade e previsão de faltas.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, controle de estoque de imunobiológicos, por lotes, validade e laboratórios.	
ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com controle de atendimentos médicos, por competência, unidades de saúde, equipes, profissionais, horários.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com controle de atendimentos de enfermagem, por competência, unidades de saúde, equipes, profissionais, horários.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com controle de atendimentos odontológicos, por competência, unidades de saúde, equipes, profissionais, horários.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com controle visitas de agentes comunitários de saúde, por competência, unidades de saúde, equipes, profissionais, horários.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com classificação do risco dos indivíduos pela escala de Coelho,	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, com informações do Programa saúde da mulher para o rastreamento do CA de colo de útero e de mama.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, controle de informações das equipes de saúde, detalhamento das fichas de procedimentos registradas pelo sistema próprio dos atendimentos prestados pelo município aos usuários que são enviadas ao Ministério da Saúde (fichas de atendimento domiciliar, individual, odontológico, de atividade coletiva, consumo alimentar, de elegibilidade e admissão, ficha complementar, de procedimentos e de visita domiciliar).	
VIGILÂNCIA AMBIENTAL	



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, controle de cadastros de ciclos e visitas por competências.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, controle de amostras por tipos de espécime e tipos de depósitos e resultados.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, controle de cadastro e localidade de imóveis.	
TRANSPORTE SANITÁRIO	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, controle de viagens realizadas e passageiros que utilizaram o serviço por competência e veículos.	
REGULAÇÃO	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, controle e gestão da fila de espera para consultas e exames em geral.	
A plataforma apresentou dashbord dinâmicos, controle para Laboratório regional de prótese dentária no fornecimento de próteses.	
CAPACIDADE TÉCNICA DO EXPOSITOR	
O profissional da empresa demonstrou conhecimento nas áreas da saúde	
O profissional da empresa demonstrou capacidade no manejo do sistema informatizado que será disponibilizado ao município	
O profissional da empresa demonstrou que o sistema é intuitivo, capaz de ser utilizado por servidores da Secretaria Municipal de Saúde	



EDITAL

ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial

ANEXO 03

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 000008/2024.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 000008/2024 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **Lotes** de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.



EDITAL

ANEXO IV - FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - BNC
ANEXO 04

FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

PARA FORNECEDORES:

A BNC - Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002, que diz “para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação” e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital.

Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e Escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada.

Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta os seguintes planos de pagamento:

PLANO DE ADESÃO A:	R\$ 98,10 única participação por edital.
PLANO DE ADESÃO B:	R\$ 153,00 mensal
PLANO DE ADESÃO C:	R\$ 432,00 trimestral

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

- Plano de Adesão A: esse plano é exclusivamente para uma única participação.
- Plano de Adesão B: o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.
- Plano de Adesão C: o respectivo contrato é trimestral a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de Compras e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Para o plano de adesão B ao término do contrato o fornecedor poderá optar pela renovação e/ou outro plano. Para o plano de Adesão A, após a fase de disputa, a cobrança é gerada com vencimento para o próximo dia útil.

A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br.

A liberação irá ocorrer em até 24 horas.

Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Local e data: ____/____/____ de ____.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

ANEXO V - Declaração Idoneidade

ANEXO 05

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2024.

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº _____ instaurada pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Barrade São Francisco, ES, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

ANEXO VI- Declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes

ANEXO 06

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2024.

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

ANEXO VII - Declaração menor de idade;

ANEXO 07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2024.

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância o inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

ANEXO VIII - Declaração ME EPP

ANEXO 08

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2024.

DECLARAÇÃO

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.(Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa) , CNPJ / MF nº , sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão , que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

ANEXO IX - Declaração de Habilitação e Responsabilidade

ANEXO 09

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2024.

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico em epígrafe do Fundo Municipal de Saúde Barra de São Francisco, ES, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e concorda com todas as condições de participação na Licitação, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no mesmo e se compromete a fornecer material / prestar serviços de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO

EDITAL

ANEXO X - Declaração de Inexistência de Vínculo e Parentes

ANEXO 10

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000008/2024

DECLARAÇÃO

(Razão Social) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada _____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico **000008/2024**, instaurado pelo Fundo Municipal de Saúde de Barra de São Francisco, ES, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional, servidor, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto desta Administração Municipal, bem como cônjuges, companheiros (as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau do Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local _____

Nome do declarante _____

RG _____

CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO XI - MINUTA CONTRATUAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
ESPIRITO SANTO

Processo Administrativo nº 010162/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DE
SÃO FRANCISCO-ES, E A
EMPRESA.....

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DE SÃO FRANCISCO/ES pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 14.700.048/0001-17, com Prefeitura sediada na Rua Deolindo Dazilio, nº 040, Bairro: Centro, na cidade de Barra de São Francisco/ES, CEP: 29800-000, neste ato representado pelo senhor secretário municipal de saúde **ELCIMAR DE SOUZA ALVES**, brasileiro, servidor público, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 010162/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.000008/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é o Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em instrumentos de gestão de saúde, com fornecimento de sistema informatizado, para planejamento, monitoramento e avaliação de serviços de saúde, de acordo com as exigências do Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores da política de saúde, visando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Barra de São Francisco/ES.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;



EDITAL

- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

6.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IGPM do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.2. Após o interregno de um ano, e mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



EDITAL

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda



EDITAL

que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.14. Em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012, a administração pública municipal efetuará as retenções na fonte do Imposto de Renda sobre os pagamentos que efetuar nos termos do presente edital/contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução deste contrato.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual.

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação

9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.14. Fica obrigado a suportar as retenções na fonte do Imposto de Renda sobre os pagamentos que receber nos termos do presente edital/contrato em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



EDITAL

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- ii. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave
- iv. Multa:**
1. Moratória de% (.... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados.

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro,



EDITAL

hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Ficha: 023, 063

13.1.2. Fonte de Recursos: 150000150000, 1600000000000.

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de São Francisco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

ELCIMAR DE SOUZA ALVES

Secretário Municipal de Saúde

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Visto: _____

Odair Martins Júnior

Procurador Municipal

OAB/ES nº 31901



ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase do planejamento para suprir uma demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito a atividades de planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde. A ideia é apresentar soluções para o problema (ou demanda) de forma a se garantir a melhor escolha que venha atender aos interesses da Administração Municipal e produzir resultados para os serviços prestados à população.

Os parâmetros para elaboração desse Estudo Técnico Preliminar (ETP) estão estabelecidos na Lei Federal nº. 14.133/2021, no Decreto Municipal nº. 351/2023 e Decreto Municipal nº. 21/2024.

2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA (NECESSIDADE) E JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde é responsável por uma série de ações e serviços de saúde no território do Município de Barra de São Francisco, consolidando o previsto nas Leis Federais nº. 8.080/1990 e nº. 8.142/1990, além das atualizações posteriores por meio de novas leis, portarias, instruções normativas dentre outros. Com isso, torna-se imprescindível que a gestão municipal tenha condições de medir a qualidade e o alcance dos serviços de saúde prestados, para tal, é necessário ter habilidade e condições para realizar o seu planejamento, a organização, direção e controle das atividades desenvolvidas como forma de se garantir efetivas repercussões de qualidade para a população atendida.

No sentido do planejamento e avaliação, o Ministério da Saúde, obedecendo a legislação vigente e no intuito de melhorar a distribuição dos serviços de saúde e aprimorar a qualidade dos mesmos, determina o uso de diversos instrumentos de planejamento e gestão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os quais devem ser observados e cumpridos por gestores das três esferas de governo. De forma sintetizada, os instrumentos de planejamento são compostos pelo Plano Municipal de Saúde, os Programações Anuais de Saúde, Relatórios do Quadrimestre Anterior e o Relatório Anual de Gestão, os quais constituem um processo cíclico de planejamento e gestão para operacionalização integrada, solidária e sistêmica do SUS e que é composto por normas e exigem o cumprimento de prazos para a elaboração desses instrumentos, baseados na LC nº 141, de 2012.

Além desses instrumentos, há também a necessidade de consolidação dos dados produzidos por eles que possam nutrir a gestão com informações pertinentes, que auxilie na tomada de decisões, o que pode contribuir na otimização de recursos, tanto financeiros quanto materiais e de força de trabalho. Esse, justamente, é o problema apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde, ou seja, a necessidade de profissionais que consigam executar não apenas o planejamento, ou preenchimento de instrumentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, mas também de consolidar os dados para aprimorar o planejado, ofertando informações relevantes para a tomada de decisão.

Em suma, o problema apresentado é a necessidade de preenchimento dos instrumentos de gestão disponibilizados pelo Ministério da Saúde e de elaboração de planejamento, monitoramento das ações realizadas e avaliação, não apenas para formalidades exigidas pelos órgãos de saúde, mas também para auxiliar a gestão na tomada de decisões sobre os serviços de saúde ofertados no âmbito do SUS no Município de Barra de São Francisco, como forma de otimizar e racionalizar os recursos empregados e melhorar a qualidade desses serviços.



EDITAL

Consideração que a Secretaria de Saúde não possui em seu quadro de recursos humanos profissional capacitado para execução de tais tarefas apontadas para o problema apresentado e que uma das possíveis soluções já vislumbradas poderia ser o treinamento de equipe para a realização dessas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação, de antemão, já é presumível que isso exigirá a contratação de empresa ou pessoa física habilitada para dispor tal treinamento e que isso não ocorrerá de maneira imediata, ou seja, seria uma solução de longo prazo.

Além do treinamento, a criação de instrumentos de gestão para a consolidação dos dados coletados e para o efetivo planejamento também exigiria *expertise* por parte deste, ou destes profissionais que seriam designados, talvez, inclusive, prevendo a necessidade de contratação também de software específico de planejamento, monitoramento e avaliação.

Diante do problema apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde e, considerando que a solução de treinamento de pessoal já lotados na secretária apresenta-se inviável, pelo menos a curto prazo, a solução mais indicada para o problema é a contratação de empresa com *expertise* no trato das ferramentas de gestão disponibilizadas pelo Ministério da Saúde e naquelas que envolvem a construção do planejamento, do monitoramento e avaliação, inclusive, com experiência na consolidação e produção de relatórios a partir dos dados coletados durante o monitoramento, visando subsidiar a gestão municipal de saúde. Também importante, que a empresa disponibilize sistema informatizado para o cumprimento das tarefas exigidas, que forneça, de imediato, informações e dados para tomada de decisões e elaboração de planejamento dos serviços de saúde.

Assim, conforme as necessidades citadas e pela urgência da Secretaria municipal de Saúde para o cumprimento de suas responsabilidades com o máximo de eficácia possível, entendendo que as atividades de preenchimento dos sistemas de gestão são mensais, justifica-se a contratação de serviços de consultoria e assessoria de instrumentos de gestão com plataforma informatizada para planejamento, monitoramento e gestão de serviços de saúde.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o problema indicado entende-se necessário o atendimento os seguintes requisitos:

- a) Os serviços serão prestados por empresa especializada que detenha de conhecimentos técnicos aos serviços e plataforma, ou sistema de gerenciamento informatizado para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados e indicados neste Estudo Técnico Preliminar;
- b) Os serviços serão realizados por meio de visitas técnicas in loco (presencial), remotos por plataformas de video conferência, telefone, email e outros;
- c) As visitas técnicas deverão ocorrer no mínimo duas vezes por semana, de segunda a sexta-feira, excluindo-se os finais de semana e os feriados nacionais, estaduais e municipais, não excluindo a assistência remota sempre que necessária;
- d) Os serviços devem ser executados por profissionais a serem indicadas pela empresa, desde que desempenhem as funções finalísticas indicadas no Estudo Técnico Preliminar, os quais devem ter experiência no uso das ferramentas apresentadas pelo Ministério da Saúde e também no sistema a ser disponibilizado pela empresa;
- f) Deverão utilizar equipamentos de informática, recursos tecnológicos, materiais de escritório e expediente próprios estando autorizado, quando necessário, a utilização de equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde;



EDITAL

g) Deverão realizar ao fim de cada mês ou em conjunto com a Nota Fiscal de prestação de serviços, relatórios técnicos das atividades realizadas na Secretaria Municipal de Saúde a fim de realizar levantamento e medição dos serviços prestados.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em obediência ao que pede a Lei Federal nº. 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº. 351/2023 e, considerando o problema apresentado e a solução definida, ou seja, a contratação de serviços de consultoria e assessoria de instrumentos de gestão com plataforma informatizada para planejamento, monitoramento e gestão de serviços de saúde, foi realizada pesquisa junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas para analisar valores de referência e soluções que apresentam semelhanças com a requerida pela SEMUS, as quais estão sendo adotadas por outros entes públicos, conforme abaixo:

1. Município de Itaqui/RS - Id contratação PNCP nº. 88120662000146-1-000004/2024 - Valor da contratação do serviço de assessoria e consultoria e o software: R\$ 11.820,00 mensais;
2. Município de Estância Velha/RS - Id contratação PNCP nº. 88254883000107-1-000008/2024 - Valor da contratação apenas do serviço de assessoria e consultoria: R\$ 15.000,00;
3. Município de Caturai/GO - Id contratação PNCP nº. 04815319000126-1-000060/2024 - Valor da contratação apenas do serviço de assessoria e consultoria: R\$ 6.505,45 mensais;
4. Município de Comendador Gomes/MG - Id contratação PNCP nº. 18449173000157-1-000036/2024 - Valor de contratação apenas do serviço de assessoria e consultoria: R\$ 6.766,34 mensais.
5. Município de Barra de São Francisco/ES - Id contratação PNCP nº. 14700048000117-2-000005/2024 - Valor da contratação com fornecimento de plataforma de gestão: R\$ 7.000,00 mensais.

Ressalta-se que atualmente a SEMUS conta com um serviço de consultoria e assessoria com fornecimento de Plataforma, como pode ser observado no PNCP nº. 14700048000117-2-000005/2024, no valor de R\$ 7.000,00 mensais e contrato vigente para um ano, com serviço a ser prestado em oito meses.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Entende-se necessária a contratação da prestação dos serviços e baseando-se em cotações de preços e Contratações Públicas correlatas, com as seguintes características:

Especificação	Meses
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de alimentação e acompanhamento regular dos Instrumentos de Gestão com fornecimento de sistema de gestão.	12, podendo ser prorrogados conforme determina Lei Federal nº. 14.133/2021

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos valores praticados no mercado para o tipo de serviço que se pretende contratar, justifica-se a manutenção do valor atualmente contratado, o qual está dentro da margem de mercado, conforme os contratações realizadas por outros entes públicos, como demonstra o item 4 deste ETP, sendo o seguinte:

- R\$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais. Total da Contratação em 12 meses: R\$ 84.000,00.



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O serviço contratado atualmente pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme observações de técnicos de gestão que atuam na política de saúde municipal, vem atendendo aos anseios e necessidades requeridas. Um ponto importante é que o atual contratato, originado de processo de contratação direta para oito meses de efetiva prestação do serviço está dentro do que é praticado no mercado, conforme demonstrado neste ETP.

Neste sentido, este ETP aponta a necessidade de contratação de Pessoa Jurídica especializada em Serviços de Consultoria e Assessoria de Instrumentos de Gestão com plataforma integrada, compatível ou superior a de Business Intelligence, para planejamento, monitoramento e gestão de serviços de saúde.

Complementando, o serviço a ser contratado deverá apresentar ferramenta de gestão que apresente no mínimo:

- a) Ferramenta especializada em gestão de saúde, que consiga interagir com o sistema da RG System, que é o sistema atual de gestão utilizado pela SEMUS, capaz de abranger as áreas de atendimento, orçamentária e financeira;
- b) O sistema deve incluir plataformas de monitoramento em plataforma de cadastro de imóveis, indivíduos, profissionais e fornecedores, condições de saúde de cada pessoa, permitindo qualificação dos dados de quem utiliza e de quem presta o serviço;
- c) Deve fornecer à assistência farmacêutica com controle de estoque, ata de registro de preço, pedidos, dispensação e empréstimo de medicamentos, entrada e saída de produtos mediante nota fiscal, relatórios de validade dos produtos e previsão para falta de medicamentos;
- d) Deve atender a área de imunização no controle de estoque, registro de cartão de vacina digital, entrada e saída de imunobiológicos, estratégias de vacinação para subsidiar campanhas de vacinação, cadastro dos fabricantes e dos imunobiológicos, permitindo acesso a dados qualificados dos componentes; painel de atendimentos aos usuários incluindo abas com registro em prontuários eletrônico, exame físico realizados pelos profissionais de saúde e atendimento odontológico;
- e) Oferecer painel de vigilância ambiental possibilitando cadastro dos ciclos de visitas, espécime de vetores, gestão de imóveis com todas as informações pertinentes a vigilância em saúde, cadastro e localidade desses imóveis, mapa territorial com geolocalização, registro de resultados de amostras e visitas pelos agentes de combate a endemias;
- f) Disponibilizar painel específico para Atenção Básica para obter informações das equipes de saúde, detalhamento das fichas de procedimentos registradas pelo sistema próprio dos atendimentos prestados pelo município aos usuários que são enviadas ao Ministério da Saúde (fichas de atendimento domiciliar, individual, odontológico, de atividade coletiva, consumo alimentar, de elegibilidade e admissão, ficha complementar, de procedimentos e de visita domiciliar), e ainda com flexibilidade para alterações e implementações de informações que o município venha a necessitar. Ainda, acompanhar a gestante em painel específico a toda sua história pregressa gestacional e a atual; gestão de famílias, mapa territorial com a identificação das equipes, área e microáreas, seus territórios de abrangência, além das informações de visitas domiciliar realizadas em períodos que deseja monitorar, conta com o painel de indicadores do Previn Brasil que serve de parâmetro para novas pactuações de indicadores;
- g) Deve ser capaz de ofertar DASHBOARDS de todos os serviços de saúde no município: Atendimentos médicos, de enfermagem, odontológico, gestão e avaliação desses atendimentos, gestão da oferta de vagas e consultas, de agendamentos de consultas, pesquisa por CID e CIAP por estabelecimento, monitoramento diário



EDITAL

dos atendimentos, de prescrições de medicamentos, de procedimentos por indivíduo e da fila de espera pelo APP CONSUS para agendamento via celular de consultas.

h) DASHBOARDS da atenção básica que especifica uma auditoria do E-SUS municipal, avaliação das unidades de saúde, dos profissionais, classificação do risco dos indivíduos pela escala de Coelho, informações de gestantes, mapa do território da APS, monitoramento de produção da Atenção básica e Médica complexidade, acompanhamento do trabalho dos agentes comunitários de saúde, do Programa saúde da mulher para o rastreamento do CA de colo de útero e de mama, resumo da produção assistencial.

i) Avaliação da gestão das requisições e dos procedimentos autorizados pelo consórcio público de saúde.

j) DASHBOARDS para regulação municipal de saúde com gestão da fila de espera para consultas e exames em geral, para Laboratório regional de prótese dentária no fornecimento de próteses por meio de custeio federal.

k) Painel para Transporte informando viagens realizadas e passageiros que utilizaram o serviço. Conta com uma gama de relatórios que podem ser extraídos para prestação de contas e gestão dos processos de investimento.

Considerando o retorno que o serviço atual apresenta ao município, a nova contratação a ser licitada deverá ofertar qualidade igual ou superior à plataforma integrada de Business Intelligence que é ofertado pelo atual contrato.

Além do sistema propriamente dito, o serviço deverá ser prestado presencialmente e de forma remota, toda semana e quando houver necessidade do gestor, com profissional devidamente capacitado na ferramenta e capaz de treinar a equipe de gestão municipal para operacionalização e uso das informações.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não se aplica.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com esta contratação alcançar os seguintes resultados:

a) Melhorar o preenchimento dos sistemas de informação exigidos pelo Ministério da Saúde e que impactam na produtividade e recebimento de recursos do município por meio de dados mais precisos;

b) Garantir o cumprimento das metas exigidas pelo Ministério da Saúde e Governo Estadual em todas as áreas da saúde;

c) Qualificar a gestão com informações capazes de auxiliar a tomada de decisões de planejamento dos serviços de saúde municipal;

d) Garantir transparência na apresentação de informações aos órgãos de fiscalização da saúde, com destaque para o Conselho Municipal de Saúde e Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

e) Otimizar recursos públicos com planejamentos de serviços calçados com dados concretos do quadro epidemiológico municipal;

f) Otimizar o uso de equipamentos, medicamentos e insumos utilizados para a prestação do serviço de saúde;



EDITAL

g) melhorar o atendimento à população de Barra de São Francisco no que se refere aos serviços de saúde.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se aplica.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/ INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Dado a natureza do serviço que se pretende contratar não há impactos ambientais relevantes, inclusive, o uso de ferramentas informacionais evita o consumo de papeis e outros materiais para a produção de dados e informações, sendo benéfico à natureza

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Este ETP apresentou como solução a contratação de Pessoa Jurídica especializada em Serviços de Consultoria e Assessoria de Instrumentos de Gestão com plataforma integrada, compatível ou superior a de Business Intelligence, para planejamento, monitoramento e gestão de serviços de saúde.

A contratação, conforme já justificado acima, é pertinente, pois, a SEMUS não conta em seu quadro profissional de pessoas habilitadas para este tipo de serviço, tampouco, de fazer compilação de dados produzidos através da prestação de serviços de saúde com o intuito de auxiliar no planejamento.

Barra de São Francisco, ES, 12 de setembro de 2024.

ELCIMAR DE SOUZA ALVES
Secretário Municipal de Saúde